

A ARQUITETURA DO LAZER: desenhar os espaços para a fruição do tempo e para a convivência social

Luiz Laurent Bloch¹

Bloch & Arquitetos Associados
São Paulo, SP, Brasil.

RESUMO: Uma tentativa de abordagem não acadêmica das possibilidades de inserção de áreas de lazer/ócio nas cidades, com foco menor no lazer especializado, maior no contemplativo. A abertura de vazios, a procura de novos espaços e diferentes visões para o aproveitamento do que as cidades podem oferecer nestas áreas. A contribuição dos (das) arquitetos (arquitetas).

Palavras-chave: Criação. Vazios urbanos. Ócio. Arquitetura.

THE ARCHITECTURE OF LEISURE: design spaces for the enjoyment of time and for social coexistence

ABSTRACT: A non-academic attempt to approach possibilities of insertion of leisure areas in cities, with less focus on specialized leisure equipments and more on contemplative activities. The opening of vacancies, the search for new spaces and different visions for the use of what cities can offer in these areas. The contribution of the (architects).

Keywords: Creation. Urban vacancies. Leisure. Architectural approach.

A ARQUITETURA DE LAZER: diseñar los espacios para una fruición del tiempo y para una convivencia social

RESUMEN: Un intento de acercamiento a las posibilidades no académicas de inserción de áreas de ocio en las ciudades, con menor enfoque en el ocio especializado e más en actividades contemplativas. La apertura de vacantes, la búsqueda de nuevos espacios y visiones diferentes para el uso de lo que las ciudades pueden ofrecer en estas áreas. La contribución de los (arquitectos).

¹ CAU 11496-0, Arquiteto e Economista, Especialista em Planejamento e Projeto de Hotéis (FUPAM-USP), Professor de Arquitetura na Anhembi Morumbi, São Paulo (2000-2004) e na FAU de Santos (1991-1994). Diretor Executivo do IDBr – Museu do Futebol e Museu da Língua Portuguesa (2013-2017), e do Museu Afro-Brasil (2013). Assessor Especial de Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), de 2011 a 2012. Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo (2007-2008), e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (2009-2011). Autor, como arquiteto, de projetos de residências, escolas, instalações de lazer, espaços culturais. Autor de artigos sobre arquitetura nas Revistas especializadas AU, Projeto, Viver Bem e Reformar e Construir. Co-autor, com Manoel Botelho, do “Código de obras e edificações do Município de São Paulo: comentado e criticado”, Editora PINI, 1993.

Palabras-clave: Vacantes urbanos. Ocio. Contribución de la Arquitectura.

Considerações gerais sobre o lazer e os espaços sociais

Recentemente foi feita uma pesquisa/levantamento junto a futuros proprietários ou candidatos a, de imóveis para atender público de baixa renda, unidades tipo HIS (habitação de interesse social) ou HMP (habitação de mercado popular) sobre os equipamentos que gostariam, se possível, fossem instalados nos conjuntos que futuramente ocupariam. De longe ganhou uma nebulosa “área de lazer”. Claro que nestes casos há o fator imitação para apropriar-se de algo que tem sido recorrente como produto vendável nas classes mais ricas, pois traz valor; mas de qualquer modo o fato relevante é que o lazer incorpora o ócio, como um direito de todas as classes sociais indiscriminadamente. Neste caso, uma sugestão instigante de leitura é a obra “O Elogio ao Ócio” de Bertrand Russel (País de Gales, 1872-1970). O que, no momento, me assusta é a persistência com que os conceitos de lazer passaram a ser enquadrados como um ato de consumo, uma obrigação do ser humano, mais uma apropriação indevida por aqueles que querem vender sempre algo. O lazer faz parte importante da receita “felicidade permanente”. Já começamos a ouvir frases do tipo...“você já fez o seu lazer hoje?...” ou “..ufa acabei o meu lazer de hoje”...e outras tantas expressões que denotam tarefas e não prazer.

Uma noção mais atual de lazer, abrangente e universal, defendida por muitos pensadores e estudiosos, de outros países e do Brasil, se aproxima da afirmação de Russel (homônima do filósofo citado acima), “lazer contribui para formar o que nós somos como seres humanos. É expresso por meio de nossas vidas e é revelado em nossas histórias, objetivos existenciais, crescimento, desenvolvimento e comportamentos (1999, p. 1). Nessa perspectiva mais relacionada com o entendimento do ócio, acredito que um momento de leitura ou meditação em um quarto e sala no centro da cidade pode valer tantos, digamos, “lazeráveis” (se me permitem o neologismo neste ensaio) quanto a uma tarde de esqui em Aspen.

Essas apropriações consumistas apresentam forte ameaça de estatuir o lazer como uma extensão do trabalho, com suas regras, protocolos, relatórios; seus suores, suas competições, cansaços anestésicos e todo o pacote e porque não uma Carteira Nacional do Lazer?

Quem nunca viu uma criança desembulhar um presente, e ficar brincando com a caixa? O que cada indivíduo chama de lazer varia com a sua cultura, a sua idade e condição econômica, no mínimo. Essas variáveis serão recorrentemente lembradas ao longo desse trabalho.

Claro que há lazer em jogar um futebol, nadar e outras atividades físicas, mas não podemos chamar de lazer, por exemplo, um futebol competitivo como atualmente, para os praticantes profissionais, embora seja um entretenimento corrente e popular assistir aos jogos nos estádios ou pela televisão (antigamente, há não muito tempo atrás, pelo rádio, lazer

dominical muito popular). Claro que como todo o conceito abstrato com mil possibilidades de interpretação, este é muito complexo. Uma cartilha de iniciação e indicações, de possibilidades, claro, é bem vindo, mas um que observe a via do lazer simples, aquele que ouve o corpo, que é diferente para cada um, e não fordista, cheio de manuais e metas, pois este já é, pela atual busca de retorno econômico, estudado e reestudado.

A fase heroica, do citado Bertrand Russel, na sua colossal, sem perder a ironia, luta para que o Lazer/Ócio fosse estendido, como direito, a todas as classes sociais e não só àquelas que podiam comer o pão e beber o vinho já passou. Talvez em algum momento valha a pena tratar o Lazer/Ócio como uma necessidade intrínseca do ser humano e não como um direito abstrato só. Necessidades variam de pessoa a pessoa enquanto que o Direito tem que ser igual para todos. Mais uma vez Russel (a estudiosa norte-americana, e não o filósofo britânico) fundamenta o raciocínio utilizado, ao dizer que “lazer é um conceito complexo com diferentes significados, dependendo do contexto e da pessoa” (1999, p. 3).

A necessidade de lazer é universal, e as culturas locais devem ser consideradas como condicionantes para a correta aproximação ao “fazer” espaços de lazer; quando se traz a determinante variável cultural, não se está falando de diferenças culturais continentais, nem mesmo nacionais, mas para uma correta aproximação há que se considerar as particularidades regionais, as micro culturas, ouvir a comunidade local, desenvolver ideias inclusive no sentido de áreas “abertas” à interação do usuário, essa aproximação será mais bem tratada adiante. Este ouvir as comunidades usuárias não leva, em absoluto, obrigatoriamente, à especialização de espaços, leva a preparar a área para que os membros da cultura para qual o espaço foi pensado possam ali exercer atividades sem qualquer constrangimento aportado por um local “estrangeiro” e possa, se assim for o desejo das pessoas, facilitar a uma adaptação/inserção, se desejada, ao novo país.

Quando insisto em locais abertos, não especializados para lazer, insisto, também, em que isso não seja a regra geral, deve haver, sim, uma inteligência que entenda e nos faça entender que a existência do lazer ativo não pode destruir ou desqualificar o lazer contemplativo, e que mesmo as quadras de esporte não precisam ser todas oficiais, profissionais, podem ser amadoras, menores, sem medidas oficiais, e toda a parafernália que as acompanha; enfim, que sejam mais brincantes e mais lúdicos; o mesmo deve ser considerado para os espaços para a prática de ginástica, esse lazer ativo deve manter, ao máximo, o caráter de brincadeira e os componentes da ludicidade.

Além disso, é evidente que outra condicionante importante na criação e uso dos espaços é decorrente das faixas etárias, onde, penso, às crianças devem ser apresentados os esportes, suas regras básicas, os equipamentos e, sobretudo, a possibilidade de se brincar sem qualquer equipamento ou simplesmente ficar quieto; para o idoso criar condições de acessibilidade e conforto, sem que o excesso de cuidados faça da área uma boutique ou melhor, vitrine de como os velhos devem ser tratados, quer queiram ou não. Basicamente nessas duas idades antipodais, os espaços devem ser tratados em sua inteireza, ou seja, com atenção especial a pisos, revestimentos de paredes, iluminação e aspectos térmicos e

acústicos e volto a insistir, sem torná-los boutiques onde todas as coisas têm seus lugares e deles não devem sair.

Gostaria, como iniciante no assunto, de trazer rapidamente extensa e antiga discussão de antropólogos, médicos, psicólogos, demógrafos e outros profissionais envolvidos nos temas de bem-estar dos humanos, sobre as consequências nocivas da superpopulação e seus efeitos no físico e nos aspectos psicológicos dessas populações. Uma leitura necessária neste caso é “A Dimensão Oculta”, de Edward T. Hall (USA, 1914-2009). Quando passo em parques super equipados ou quadras “profissionais” sinto esses espaços adensados, colaborando com a sensação de sufoco, parece que os olhos dos que os frequentam transmitem nervosismo, excitação pelo excesso de informação, não estando livres para percorrer, para flunar, não descansam, enfim.

O que está escrito logo acima me leva a insistir na oferta de espaços de lazer desocupados, vazios, tanto praças, parques, terrenos baldios e calçadas à população. Propostas interessantes surgiram em Barcelona, na Catalunha, com a criação de vazios ao longo das densas áreas da cidade, simplesmente terrenos escolhidos são desapropriados, as benfeitorias demolidas e está criado o vazio, imagino que estes vazios não sejam inaugurados!!! O nosso Oscar Niemeyer, também concordou com esta criação de espaços vazios em nossas super adensadas metrópoles. Só a ideia de espaços livres onde as pessoas possam criar seus cantinhos de lazer sem tropeçar em sofisticados e indecifráveis equipamentos ou em quiosques que nos invadem com ofertas de criativos e orgânicos quitutes. O terreno vazio dá margem a múltiplos usos, múltiplas oportunidades de participação, de convite ao ócio.

O Museu do Futebol, localizado no Estádio Municipal do Pacaembu, logo de cara tenta explicar a transformação do futebol como um jogo de elite, para poucos, em um esporte de massa, e que em pouco tempo se torna, de longe, o esporte mais popular do país e hoje em dia do mundo... para sua prática não se necessita mais do que duas pessoas, um terreno de preferência plano e um objeto redondo ou quase, chutável, e só! A ideia de deixar a população em paz, talvez seja excessivamente radical para nossa era consumista.

Gostaria, neste *pot-pourri* de ideias introduzir ou relembrar um espaço bastante desprezado entre nós, que é a calçada, desprezo que vai da bagunça generalizada de pisos, ao gosto do freguês, apesar de normas de manejo da Prefeitura, até a prioridade, em relação aos pedestres, dos carros nas vias e nas saídas das garagens. Há que se lembrar, como observação paralela, que nas cidades com urbanizações amistosas, como Copenhague e Barcelona, foi fundamental a priorização das soluções para melhoria da mobilidade, como planejamento urbano para a aproximação trabalho-moradia, vias para ciclistas, faixas exclusivas para transporte público e outras soluções atuais que ofereçam alternativas aos longos percursos e ao transporte individual; é difícil gostar e participar, de uma cidade que te cobra horas e horas perdidas em um trânsito sufocante. Largas calçadas são indicadores urbanos que mostram que os humanos prevalecem sobre as máquinas. Mesmo as posturas municipais de São Paulo, quanto ao uso das calçadas entendem que elas servem apenas para

trânsito dos pedestres, e nunca como lugar de encontro, de parar, observar. O uso das calçadas por bares e restaurantes pode ser saudável desde que haja uma inversão de lógica, isto é, onde a conta de metros deve ser feita de trás para diante, ou seja quanto os transeuntes precisam para uso confortável da calçada... o que sobrar é para uso comercial. Até os *parklets* foram precisamente instalados frente a bares e restaurantes, apesar de ostentarem placas que explicam que aquele espaço é de uso público. Insisto em que as calçadas largas são acolhedoras, podemos percorrê-las sem os equipamentos de ginástica, podemos encontrar pessoas e olhar mais, e com menos preconceito ao concreto das cidades que com nossa participação pode tornar-se mais acolhedor, vai sofrer à toa quem sonha em ter vista para o mar, numa cidade longe do litoral, como São Paulo. Aliás ousou, provocadoramente, afirmar que a vista do mar, em si mesma, é monótona, um deserto de água, que desaparece à noite, mas que encanta, a meu ver, sobretudo, pelo grande e instigante vazio que é!

Pensar e desenhar os Equipamentos de Lazer. Espaços, Arquitetos e Urbanistas

Os arquitetos exercem uma importante função: transformar em espaços os desejos e necessidades de seus contratantes ou solicitantes. Historicamente, passaram a fazer o mesmo quanto às ideias sobre espaço e construção das cidades. A edificação e a transformação estão na gênese da profissão, fazer a obra revolucionária, o espaço inovador não é dado a todos, mas ler, conceituar, acompanhar as mudanças sociais, entender a diversidade, perseguir o bom projeto isso, sim, é obrigação do profissional.

Quanto ao tema deste ensaio, a criação de espaços de lazer é projeto de grande dificuldade dado o enorme número de variáveis que devem ser levadas em conta, muitas delas fora de qualquer controle ou previsibilidade, como clima, ruídos, transformações urbanas e outras. Há literatura específica sobre praças e parques que “não deram certo” por razões difusas e nem sempre explicáveis.

Na cidade de São Paulo temos um exemplo desse tipo de “dar errado” que é a urbanização do vale do Anhangabaú, projeto vencedor de concurso público (arquiteto J. Wilhelm e paisagista Rosa G. Kliass); o projeto foi implantado ao longo de vários anos, o resultado é bonito, o tráfego pesado foi integralmente retirado da área, equipamentos de vários tipos foram instalados, mas muitos prédios do entorno continuam a dar as costas para o Vale, oferecendo para este apenas entrada de seus estacionamentos; o que não ajuda o movimento e a ocupação da praça, gerando a sensação é de que ao espaço falta “vocaçãõ” (a única presença garantida é a de skatistas). Mais recentemente foi executado o complexo cultural da Praça das Artes, esperamos que essa intervenção ajude para que o Anhangabaú “pegue”, mas temos que nos armar de paciência pois projetos urbanos têm diferentes tempos de maturação. A ver.

É claro que temos que insistir nesta abertura de espaços, como um projeto de urbanização e essa minha insistência nos espaços abertos não quer dizer que prescindam de planejamento, projeto, paisagismo e outros, e sim que são fruto de outra abordagem conceitual,

mais participativa, abrangente, com melhora da insolação, da ventilação etc. Nas áreas públicas, tanto faz parques, praças ou calçadas, duas preocupações adicionais devem ser consideradas: a 1ª é a capacidade de manutenção do espaço pelo poder público, isso pode ser resolvido pela adoção dos mesmos por associações de bairro e eventualmente empresas e a segunda preocupação, que já tem apostilas e outros tratados teóricos, é o da segurança no uso que deve ser pensada já no projeto. Para concluir este resumo inicial há que tentar prever o que vai acontecer com as cidades e seus espaços, onde o império digital, sem dúvida a nova divindade do século XXI que altera fortemente as noções de espaço-tempo, ante a qual todos nós nos curvamos, vai comandar urbes abandonadas, caindo aos pedaços nas mãos de gangues em guerra, com as pessoas levando vidas virtuais completas com teletransporte e outros *gadgets* hoje dificilmente imagináveis ou haverá uma grande reação do bom selvagem em busca da natureza e de seus encantos idílicos? A inclusão social e sua distribuição de renda, a meu ver, serão determinantes neste processo todo, escolhendo quem fica, no 1º caso e quem passa para o sonho campestre, mesmo que virtual. Apesar de crer que a renda continuará ditando quem fica em qual lugar, a visão de futuro, muito bem expressa em histórias em quadrinhos *noir* e filmes de catástrofe, onde, como disse acima, hordas de zumbis vagueiam por ruínas, onde não há mais dia ou noite, caçando qualquer coisa em qualquer lugar, não me parece mais tão premonitória, pois começamos a ver indícios, ainda pequenos, de auto regulação do ser humano que entende, cada vez mais, que os recursos de nosso planeta são finitos e portanto escasseiam a cada dia; Há pesquisas científicas que apontam com dados sobre aumento do aquecimento global, de áreas desertificadas, descompensações dos regimes de chuvas e ventos, têm sido levadas a sério e o combate a seus malefícios adotado como políticas públicas por governos dos mais variados tipos. Então, sustentabilidade em seus três pilares, não é mais um “bônus” que os arquitetos e outros profissionais pensam e incluem nos projetos... há já alguns anos passou a ser obrigação, parte integrante de qualquer projeto.

As cidades amistosas devem fazer parte desse esforço, seus espaços devem ser cada vez mais permeáveis, o desperdício atacado de frente, o uso da condução individual racionalizado, a implantação da cidade policêntrica e tantas outras atitudes “ecológicas”, que tem a cidade como protagonista e onde a responsabilidade tem que ser partilhada por todos e o arquiteto tem grande participação como tradutor dessas atitudes. A responsabilidade de criação de espaços com suas repercussões físicas e biológicas, quando se pensa em parques, nas praças, as dimensões são apenas parte da equação, outras variáveis que à 1ª vista nos parecem distantes, como as fisiologias do olfato, do tato, da audição, da visão devidamente adaptadas pelos especialistas das diferentes áreas, devem ser incorporadas na criação dos espaços junto com as normas e técnicas construtivas. O fim, em suma, da imagem da “caixa preta” e do arquiteto sobre o qual, de vez em quando, passa uma musa inspiradora com harpa e tudo. Ratificando o dito ao longo dessas linhas, se nós arquitetos enquanto categoria que deve estar sempre comprometida em pensar a cidade, deixar de olhar só o terreno e ampliar nosso raio de visão, entender que nosso terreno por modesto que seja é parte atuante da

cidade e quisermos acertar nos espaços públicos, no que acredito fortemente, temos que ouvir, conversar, esquecer armaduras ideológicas e estéticas, entendendo que nossas verdades gerais nem sempre vestem o modelito dos interessados e que a nossa contribuição fundamental é coordenar a viabilização do citado modelito, em conjunto com os interessados e outros profissionais envolvidos, visto que somos, insisto, apenas parte da equação.

Todas essas reflexões tentam mostrar o entendimento de uma capacidade historicamente desenvolvida ao longo de vários milênios, nessa categoria sócio profissional. Ao desenhar os espaços sociais, quaisquer que sejam as suas finalidades, o arquiteto exercita as suas percepções em um duplo movimento: observa atentamente a situação local, do “ponto” do tecido urbano onde está o terreno que receberá a construção ou o imóvel a ser reformado/revitalizado/ampliado/redefinido, com todas as variáveis intervenientes, como as vias de circulação existentes, as qualidades e carências do entorno, a tipologia das edificações, os padrões construtivos, as diretrizes e os critérios da legislação urbana municipal, e os parâmetros e condições gerais e específicas do seu contratante, público, privado, do terceiro setor, coletivo (condomínio) ou individual, para “encaixar” literalmente o projeto naquela região e naquela cidade.

É evidente que esse exercício de dupla percepção ocorre com maior ou menor intensidade, dependendo sempre de cada situação, de cada arquiteto ou de cada equipe profissional envolvida. Mas está presente na prancheta na conceituação do projeto, nem que seja de uma maneira mais superficial ou imediata.

. Afinal, o projeto arquitetônico tem que trazer contribuições variadas para a organização responsável por seu contrato de desenho e posteriormente de construção, e que vai mantê-lo funcionando. E que vai contribuir também e obrigatoriamente, para o local, para o bairro, para a região, para a cidade. No campo do lazer, especificamente, são muitos os exemplos que podem ser lembrados nesta situação: o Centro Pompidou em Paris, o Museu Guggenheim em Bilbao, o Museu Maxxi em Roma, O Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona (CCCB), o Getty Center em Los Angeles, a Tate Modern em Londres, e em nosso Brasil o Sesc Fábrica da Pompéia e outros tantos.

Nessa discussão global sobre a cidade, os especialistas em lazer, recreação, ócio, turismo, hospitalidade, esportes e atividades físicas, devem assumir o seu importante papel no planejamento desses espaços, colaborando, conjuntamente, para a transformação de nossa qualidade de vida.

E, ao projetar os equipamentos de lazer, tal colaboração terá resultados vantajosos, na qualidade geral e específicas dos seus espaços, nas possibilidades de atendimento, na harmonia com o entorno urbano, na integração com a cidade, nas reais contribuições sociais de suas ações. Se pensamos a cidade em conjunto, em equipe, pensar e desenhar os equipamentos de lazer também deverá ser um trabalho coletivo, cada um oferecendo a contribuição do seu campo de conhecimento, de suas experiências, do seu *savoir-faire*, de sua *expertise*, de suas esperanças e de suas percepções. O público agradece.

Que os estudiosos e especialistas do lazer pensem e sugiram, ouvindo a comunidade como já repetido várias vezes neste texto, os espaços para as atividades e experiências, do ócio, da recreação, do entretenimento e do desenvolvimento social. Que saibam explicar claramente o que querem, para aqueles que farão os seus desenhos. Que saibam transmitir os seus conhecimentos. Afinal, são eles que sabem como deve ser a quadra poliesportiva, o campo de futebol, as áreas de serviços de um parque urbano, como é montada uma exposição, como realizar uma atividade recreativa em grupo, como as crianças se apropriam de um espaço de lazer, e também o que é um vazio. A arquitetura agrega esses conhecimentos e experiências aos seus saberes próprios, e o principal beneficiado será o seu usuário/frequentador. É a proposta viável para os equipamentos de lazer do século vinte e um.

Considerações finais

Gostaria de concluir observando que cada vez mais devemos tentar observar a cidade e seus espaços, os seus cantos com olhos limpos, renovados todos os dias. Como fazer isto em uma metrópole agressiva, corrida, sofrendo no transporte, nas filas, na segurança? Como escolher as prioridades, como ter tempo para trabalhos coletivos. Sem dúvida segurança e mobilidade são temas importantes, como já enfatizado, para isso há as políticas de descentralização administrativa, unificação das inteligências dos diferentes órgãos das polícias, fomento para planos de cidade compacta, há que se reparar que os problemas que trazem stress aos usuários das cidades tem lugar ou se desenrolam nas ruas, nas calçadas, nos parques, e que mereceriam mais atenção como parte importante da solução desses pontos, e nisso acho que está provado a atuação do arquiteto e urbanista como forte parceiro no esforço de tirar os habitantes da casa fortaleza, usufruir da cidade, tornando-a atrativa, tratar os espaços urbanos como seus, cuidar dos seus ambientes. E um dos principais ambientes desta nossa pós-modernidade é o equipamento de lazer, que nos propomos a desenhar, mas em trabalho integrado, e que sempre esperamos ver muito bem utilizado e muito bem conservado, para o bem-estar de todos.

REFERÊNCIAS

HALL, Edward T. **A Dimensão Oculta**. 1. ed. Lisboa: Relógio d'Água, 1986. 232 p.

RUSSEL, Bertrand. **O elogio ao Ócio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. 183 p.

RUSSEL, Ruth V. **Pastimes, the Context of Contemporary Leisure**. 1. ed. New York: McGraw-Hill, 1999. 396 p.

Endereço para correspondência

Rua Mourato Coelho, nº 69 – Conj. 03
Pinheiros, São Paulo/SP.
CEP 05417010
Telefone: (11) 3062-1433
Telefone celular: (11) 998104425
E-mail: lblochsim@gmail.com



Recebido em:
02/03/2017
Aprovado em:
12/03/2017